

# LEMA

DEZEMBRO/2025

## RELATÓRIO SEMESTRAL DE DILIGÊNCIA E VERIFICAÇÃO DE LASTRO

## sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
<b>1.1. SOBRE O IPMJP</b> .....	3
<b>1.1.1. PRÓ-GESTÃO</b> .....	3
2. CONTEXTO ECONÔMICO .....	4
3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA.....	6
4. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS .....	6
4.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA .....	7
5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FISCAL E COMERCIAL DAS EMPRESAS INVESTIDAS, POR MEIO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES - FIP .....	13
6. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE.....	13
7. ANÁLISE DOS RISCOS .....	14
7.1. RISCO DE MERCADO .....	14
7.2. RISCO DE CRÉDITO .....	15
7.3. RISCO DE LIQUIDEZ.....	15
7.4. RISCO DE SOLVÊNCIA.....	15
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16

## **1. INTRODUÇÃO**

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro tem como objetivo evidenciar o acompanhamento das principais informações dos ativos presentes na carteira do **Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP)**, em atendimento à regulamentação referente à gestão dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, em especial a Resolução CMN nº 4.963/2021, a Portaria MTP nº 1.467/2022 e seguindo a orientação do Manual do Pró-Gestão RPPS – Versão 4.0 – 04 de fevereiro de 2026.

Conforme preconiza o art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021, procurou-se demonstrar que foram atendidos os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência, e que as atividades foram desenvolvidas com boa-fé, lealdade e diligência, além de ter seguido os mais elevados padrões éticos e de conduta.

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro utilizará como base para as análises a posição da carteira referente ao fim do mês de dezembro de 2025. A partir disso, serão analisados critérios referentes aos ativos investidos, em que serão analisadas informações como composição da carteira e risco dos fundos, além da aderência dos investimentos realizados à Política de Investimentos vigente.

### **1.1. SOBRE O IPMJP**

O Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) é a autarquia responsável por gerir a previdência dos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB. Foi criado em 1984 e reestruturado em 2005 com a edição da Lei Municipal nº 10.684, que criou um novo plano de benefícios e adotou outras providências no âmbito previdenciário municipal.

O IPMJP foi criado para cumprir o que determina o artigo 40 da Constituição Federal, que assegura a todos os servidores em cargo efetivo um Regime Próprio de Previdência com a finalidade de garantir os recursos para cobrir os benefícios previdenciários de cada servidor público vinculado à Administração Municipal.

#### **1.1.1. PRÓ-GESTÃO**

Desde a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão

dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (PRÓ-GESTÃO RPPS), em abril de 2019, o IPMJP tem se empenhado em garantir a transparência e a prestação de contas da gestão, tendo obtido a certificação de Nível II em outubro de 2019, posteriormente renovada em novembro de 2022 e novamente em dezembro de 2025. Assim, atualmente o RPPS possui certificação de Nível III.

## **2. CONTEXTO ECONÔMICO**

O segundo semestre de 2025 foi marcado por um ambiente econômico desafiador, apesar do desempenho relativamente favorável dos ativos, tanto no Brasil quanto no exterior. No cenário doméstico, a política monetária permaneceu restritiva, com a taxa Selic mantida em 15,00% ao ano, refletindo um contexto de inflação ainda resistente e expectativas desancoradas, o que exigiu a manutenção de uma postura cautelosa por período prolongado. A atividade econômica demonstrou resiliência, mesmo diante do elevado custo do crédito, sustentada por um mercado de trabalho ainda aquecido, embora já apresentasse sinais de moderação ao longo do período.

O quadro fiscal seguiu como um dos principais pontos de atenção, mantendo pressão sobre prêmios de risco e contribuindo para oscilações na curva de juros, especialmente nos vencimentos intermediários e longos. Esse cenário adicionou volatilidade aos ativos domésticos e reforçou a necessidade de seletividade nos investimentos, sobretudo em estratégias mais sensíveis à percepção de risco e às variações dos juros projetados.

No cenário internacional, os Estados Unidos reduziram os juros no segundo semestre de 2025, com três cortes consecutivos que levaram a taxa básica para o intervalo entre 3,50% e 3,75% a.a.. A flexibilização ocorreu apesar de a inflação ainda acima da meta, refletindo sobretudo a perda de força do mercado de trabalho e sinais de desaceleração da atividade. Como efeito, ampliou-se o diferencial de juros entre Brasil e EUA, o que foi positivo para o Brasil ao favorecer fluxos de capital para países emergentes e aliviar parte da pressão sobre ativos locais. Ainda assim, políticas comerciais mais restritivas do governo Trump, com tarifas sobre parceiros relevantes, elevaram a incerteza no comércio global e contribuíram para episódios de aversão ao risco.

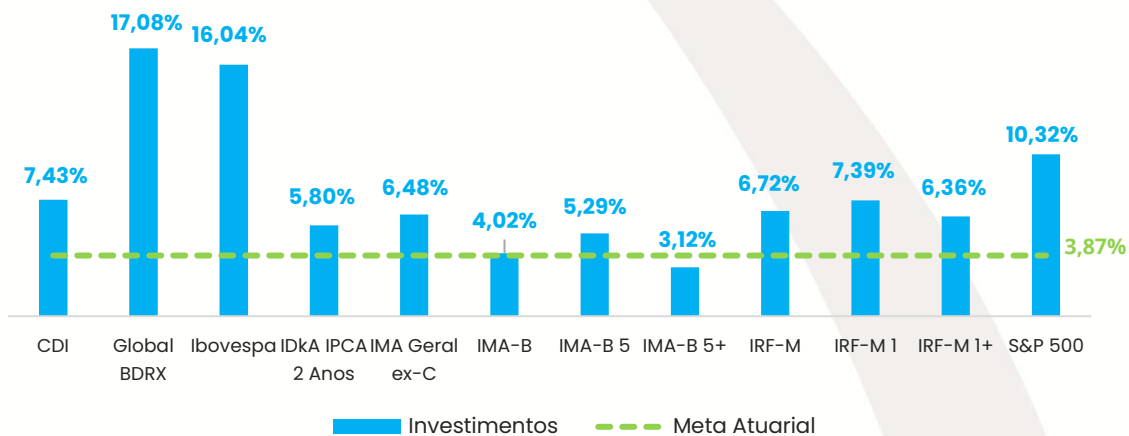
Na Europa, o crescimento seguiu moderado, com inflação mais comportada e recuperação desigual entre setores, sem aceleração relevante. Na China, persistiram desafios estruturais, com consumo interno enfraquecido e efeitos da crise imobiliária, em um ambiente de inflação baixa, com deflação ao consumidor e ao produtor em determinados momentos. O contexto geral manteve os ativos suscetíveis à volatilidade.

Em suma, o segundo semestre de 2025 combinou juros elevados, sensibilidade fiscal e cenário externo permeado por incertezas, mantendo os mercados sujeitos a notícias e culminando em frequentes reprecificações de ativos. Ainda assim, houve espaço para desempenho positivo em diferentes classes de ativos.

No que se refere ao desempenho dos investimentos no semestre, a renda fixa apresentou resultados positivos, com destaque para ativos mais conservadores e menos expostos às variações de prêmio de risco. O CDI acumulou 7,43% e o IRF-M 1 registrou 7,39%, ambos acima da meta atuarial do período. Também apresentaram desempenho relevante índices compostos por títulos prefixados com duration intermediária e longa, com o IRF-M e o IRF-M 1+ avançando 6,72% e 6,36%, respectivamente. Entre os índices indexados à inflação, os resultados foram mais contidos, com IDkA IPCA 2 Anos em 5,80%, IMA-B 5 em 5,29%, IMA-B em 4,02% e IMA-B 5+ em 3,12%.

Na renda variável, o Ibovespa se destacou com alta de 16,04% no semestre, evidenciando um período favorável para os ativos locais, impulsionado pela melhora no apetite por risco e pelo suporte de resultados corporativos em parte do período. No exterior, o S&P 500 avançou 10,32%, mantendo trajetória positiva, enquanto o Global BDRX teve desempenho ainda mais expressivo, com alta de 17,08%, refletindo a combinação da valorização dos ativos internacionais e do efeito cambial ao longo do semestre.

## Rentabilidades – 2º Semestre de 2025



Fonte: Quantum Axis e UNO.

### 3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA

A Gestão de Investimentos do IPMJP é conduzida em conformidade com a legislação que rege as aplicações dos recursos financeiros no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social, destacada a seguir:

- I. Resolução do Conselho Monetário Nacional - CNM nº 4.963/2021, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- II. Portaria nº 1.467 de 06 de junho de 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, à Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019;
- III. Política Anual de Investimentos do exercício de 2025.

### 4. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A Carteira é gerida com atenção e dedicação pela gestão previdenciária, levando em conta os riscos derivados das mudanças econômicas nacionais e internacionais que impactam os mercados. O portfólio é estruturado para mitigar riscos e garantir, a médio e longo prazo, os recursos para os benefícios do IPMJP.

A carteira conta com 24 fundos de investimentos, sendo 8 de renda fixa, 10 de renda variável, 3 no segmento de investimentos no exterior, 2 fundos multimercado e 1 Fundo de Investimento em Participações. Além disso, o RPPS possui títulos públicos comprados de forma direta e letras financeiras emitidas pelo Bradesco, Safra, BTG e Santander. O objetivo da diversificação é reduzir a exposição a um único risco, mercado ou indexador, otimizando a relação risco/retorno/liquidez e trazendo mais estabilidade aos resultados.

#### 4.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

A Carteira de Investimentos do IPMJP, em dezembro, estava composta da seguinte forma, em consonância com as normas legais pertinentes e com a Política de Investimentos vigente:

ATIVO	SALDO (R\$)	PARTICIPAÇÃO S/ O TOTAL (%)	RESOLUÇÃO CMN - 4.963/2021
TÍTULOS PÚBLICOS	514.669.362,20	58,12%	7, I, "a"
BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID	53.677.598,67	6,06%	7, I "b"
BRB BRASÍLIA AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA CURTO PRAZO	1.425.931,23	0,16%	7, I "b"
BRADESCO FEDERAL EXTRA FI REF DI	7.587.523,72	0,86%	7, I "b"
BB FLUXO FIC RF PREVID	19.907.064,35	2,25%	7, III "a"
ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO FIC RENDA FIXA LP	6.258.899,62	0,71%	7, III "a"
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	3.930,95	0,00%	7, III "a"
BB PERFIL FIC RF REF DI PREVIDENC	18.275.720,38	2,06%	7, III "a"
CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	87.848.550,57	9,92%	7, III "a"
TÍTULOS PRIVADOS	65.689.039,91	7,42%	7, IV
ALASKA BLACK INSTITUCIONAL FI AÇÕES	7.718.046,79	0,87%	8, I
NAVI INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	14.254.765,63	1,61%	8, I
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	5.819.062,63	0,66%	8, I
ITAÚ DUNAMIS FIC AÇÕES	10.221.247,77	1,15%	8, I
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	23.569.889,89	2,66%	8, I
4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	18.694.570,65	2,11%	8, I
XP DIVIDENDOS FI AÇÕES	7.285.926,41	0,82%	8, I
BB AÇÕES DIVIDENDOS MIDCAPS FIC FIA	1.887.911,40	0,21%	8, I
FINACAP MAURITSSTAD FI AÇÕES	7.934.189,22	0,90%	8, I
GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIC FIA	1.902.177,77	0,21%	8, I
MAG GLOBAL SUSTAINABLE IE FIC MULTIMERCADO	1.349.868,88	0,15%	9, II
J CHINA EQUITY DÓLAR ADVISORY IE FIC AÇÕES	661.595,76	0,07%	9, II
BB AÇÕES BOLSAS ASIÁTICAS EX JAPÃO BDR ETF NÍVEL I	1.069.601,42	0,12%	9, III
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP	1.811.901,47	0,20%	10, I
BB MULTIMERCADO LP JUROS E MOEDAS	5.438.127,55	0,61%	10, I
FP2 MULTIESTRATÉGIA FIP	625.175,19	0,07%	10, II
<b>Total</b>	<b>885.587.680,03</b>	<b>100,00%</b>	<b>-</b>

Fonte: UNO.

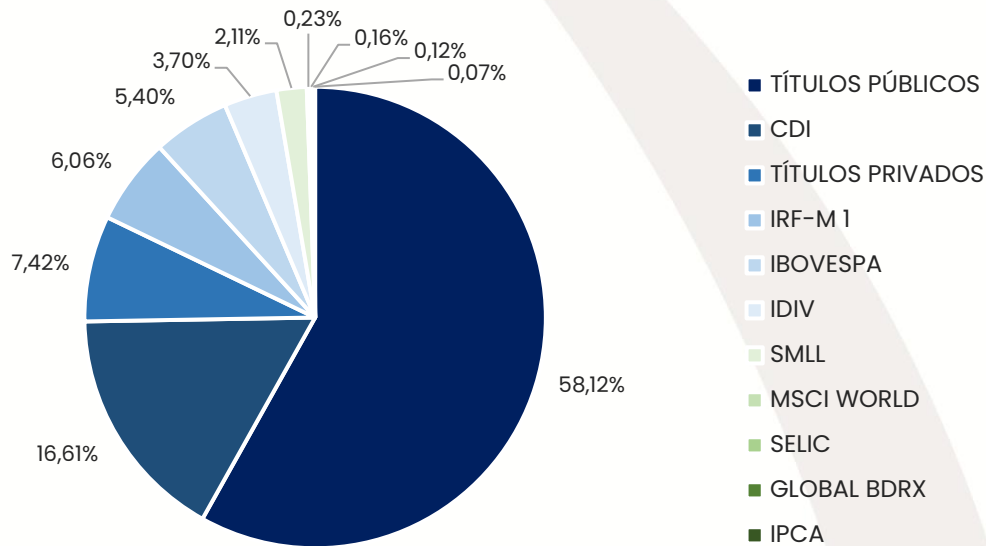
Com relação aos enquadramentos, a carteira de Investimentos do IPMJP possui a seguinte distribuição:

ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO – POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2025						
Seg.	Tipo de Ativo	Saldo (R\$)	Saldo (%)	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior
Renda Fixa	7º, I, 'a' – Títulos TN	514.669.362,20	58.12	40.00	55.00	80.00
	7º, I, 'b' – FI Renda Fixa Ref 100% títulos TN	62.691.053,62	7.08	0.00	15.00	40.00
	7º, III, 'a' – FI Renda Fixa	132.294.165,87	14.94	0.00	5.00	30.00
	7º, IV – Ativo Emissão Bancária	65.689.039,91	7.42	0.00	10.00	20.00
<b>Total Renda Fixa</b>		<b>775.343.621,60</b>	<b>87.55</b>	<b>40.00</b>	<b>86.00</b>	<b>100.00</b>
Renda Variável	8º I – FI em Ações	99.287.788,16	11.21	0.00	11.50	30.00
<b>Total Renda Variável</b>		<b>99.287.788,16</b>	<b>11.21</b>	<b>0.00</b>	<b>11.50</b>	<b>30.00</b>
Exterior	9º II – FI Investimento no Exterior	2.011.464,64	0.23	0.00	0.50	10.00
	9º III – Ações – BDR Nível I	1.069.601,42	0.12	0.00	0.50	10.00
<b>Total de Exterior</b>		<b>3.081.066,06</b>	<b>0.35</b>	<b>0.00</b>	<b>1.00</b>	<b>10.00</b>
Estruturado	10 I – Multimercado	7.250.029,02	0.82	0.00	1.00	10.00
	10 II – FIP	625.175,19	0.07	0.00	0.50	3.00
<b>Total de Estruturados</b>		<b>7.875.204,21</b>	<b>0.89</b>	<b>0.00</b>	<b>1.50</b>	<b>13.00</b>
<b>Total PL</b>		<b>885.587.680,03</b>	<b>100.00</b>		<b>100.00</b>	

Em relação à diversificação, os investimentos do IPMJP estão distribuídos em diferentes perfis e fatores de risco, que não sofreram grandes alterações durante o semestre, com a maior parte da carteira se mantendo alocada diretamente em títulos públicos federais (Artigo 7º, Inciso I, Alínea “a”) e em fundos passivos atrelados ao CDI.

Abaixo estão os fatores de risco aos quais o IPMJP esteve exposto durante o segundo semestre de 2025:

## Distribuição por Benchmark



Fonte: UNO – Dezembro/2025

Distribuição por Benchmark	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25
<b>TÍTULOS PÚBLICOS</b>	56,35%	56,16%	55,34%	56,20%	55,84%	58,12%
<b>CDI</b>	17,97%	17,86%	17,76%	17,72%	17,52%	16,61%
<b>TÍTULOS PRIVADOS</b>	7,83%	7,72%	7,59%	7,51%	7,38%	7,42%
<b>IRF-M I</b>	6,26%	6,20%	6,13%	6,09%	6,00%	6,06%
<b>IBOVESPA</b>	4,94%	5,18%	5,30%	5,28%	5,49%	5,40%
<b>IDIV</b>	3,43%	3,60%	3,64%	3,63%	3,77%	3,70%
<b>SMLL</b>	2,05%	1,99%	2,07%	2,04%	2,15%	2,11%
<b>MSCI WORLD</b>	0,24%	0,23%	0,23%	0,23%	0,22%	0,23%
<b>SELIC</b>	0,72%	0,86%	1,73%	1,10%	1,44%	0,16%
<b>GLOBAL BDRX</b>	0,11%	0,11%	0,12%	0,12%	0,12%	0,12%
<b>IPCA</b>	0,09%	0,08%	0,08%	0,08%	0,07%	0,07%

Fonte: UNO

Foi realizada a abertura das carteiras dos fundos investidos, identificando onde, de fato, os recursos do IPMJP estão alocados e qual o real nível de risco incorrido pela carteira. A partir daí, esses ativos foram consolidados com o objetivo de verificar onde os recursos estão investidos. A tabela abaixo apresenta as 40 maiores posições da carteira do IPMJP que, somadas, representam mais de 90% dos recursos:

Nome do Ativo	Valor do Ativo (mil R\$)	Participação do Ativo
Títulos Públicos / adquiridos diretamente*	514.669,36	58,00%
Ações (omitidas)	42.599,72	4,80%
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/09/2027	17.863,82	2,01%
Cotas de Fundos (omitidas)	16.772,88	1,89%
Letra Financeira - Bradesco - Venc.: 06/04/2026	14.829,28	1,67%
Letra Financeira - Safra - Venc.: 10/04/2029	14.327,84	1,61%
LTN - Venc.: 01/01/2026	11.802,77	1,33%
LTN - Venc.: 01/07/2026	11.721,85	1,32%
LFT - Venc.: 01/03/2027	11.666,31	1,31%
Operações Compromissadas - LTN - Venc.: 01/07/2027	9.941,82	1,12%
LFT - Venc.: 01/09/2027	9.681,52	1,09%
Letra Financeira - BTG Pactual - Venc.: 04/06/2029	8.942,06	1,01%
Cotas de BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RF REF DI	7.587,52	0,86%
Letra Financeira - Santander - Venc.: 03/09/2026	7.411,52	0,84%
Letra Financeira - BTG Pactual - Venc.: 08/05/2028	7.287,13	0,82%
Letra Financeira - Safra - Venc.: 25/05/2026	7.226,10	0,81%
LFT - Venc.: 01/09/2028	6.824,09	0,77%
LFT - Venc.: 01/03/2028	6.646,03	0,75%
LTN - Venc.: 01/04/2026	6.314,64	0,71%
LFT - Venc.: 01/09/2026	5.836,84	0,66%
Cotas de CONSTÂNCIA FUNDAMENTO RESP LIMITADA FIF AÇÕES	5.819,06	0,66%
Letra Financeira - Santander - Venc.: 30/11/2026	5.665,10	0,64%
Operações Compromissadas - LTN - Venc.: 01/07/2026	5.158,69	0,58%
LFT - Venc.: 01/03/2026	4.517,97	0,51%
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/06/2031	4.058,20	0,46%
Operações Compromissadas	3.498,01	0,39%
Operações Compromissadas - LTN - Venc.: 01/04/2026	3.410,13	0,38%
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/09/2029	3.399,56	0,38%
ITAUNIBANCO PN NI - ITUB4	3.316,01	0,37%
LFT - Venc.: 01/03/2029	3.018,62	0,34%
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/03/2031	2.802,75	0,32%
CDB/ RDB - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - Venc.: 16/11/2026	2.787,63	0,31%
Certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários	2.659,55	0,30%
Operações Compromissadas - LTN - Venc.: 01/01/2032	2.444,69	0,28%
BRADESCO PN NI - BBDC4	2.345,43	0,26%
LFT - Venc.: 01/12/2031	2.054,05	0,23%
Letra Financeira - BANCO BRADESCO S.A. - Venc.: 08/08/2028	1.963,18	0,22%
Letra Financeira - BANCO DO BRASIL S.A. - Venc.: 09/12/2026	1.921,37	0,22%
CDB/ RDB - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - Venc.: 23/10/2026	1.920,53	0,22%
Disponibilidades	1.822,36	0,21%

**Fonte: Quantum Axis e UNO – 40 maiores posições consolidadas (31/12/2025)**

*Obs: Respaldados nas regras da Resolução CVM nº 175, alguns fundos investidos pelo RPPS têm suas carteiras recentes omitidas, o que prejudica a consolidação das informações referentes ao fechamento de dezembro.*

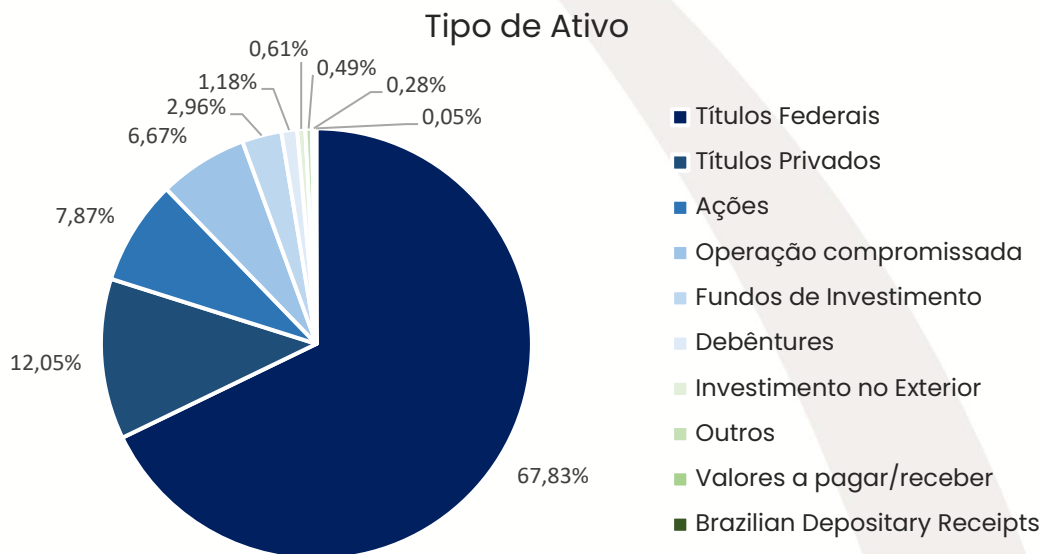
*\*A posição em "Títulos Públicos / adquiridos diretamente" são NTN-Bs adquiridas de maneira direta pelo RPPS, conforme a tabela abaixo.*

<b>Título</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Saldo (R\$)</b>	<b>% PL</b>
NTN-B 2026	15/08/2026	34.009.560,05	3,83%
NTN-B 2028	15/08/2028	5.349.727,11	0,60%
NTN-B 2030	15/08/2030	3.575.749,22	0,40%
NTN-B 2035	15/05/2035	56.030.124,47	6,31%
NTN-B 2040	15/08/2040	86.343.525,26	9,73%
NTN-B 2045	15/05/2045	85.096.838,38	9,59%
NTN-B 2050	15/08/2050	74.651.818,87	8,41%
NTN-B 2055	15/05/2055	55.024.085,18	6,20%
NTN-B 2060	15/08/2060	114.587.933,66	12,91%
<b>TOTAL</b>		<b>514.669.362,20</b>	<b>58,00%</b>

Fonte: UNO – dezembro/2025

Considerando a carteira consolidada, observamos que 67,83% dos recursos do IPMJ são investidos em títulos públicos federais de forma direta e indireta (através da aplicação em fundos de investimento) e 6,67% em operações comprometidas lastreadas em títulos públicos federais. Ou seja, o lastro final de 74,50% dos recursos investidos pelo RPPS é o Tesouro Nacional. O risco de crédito destes títulos é considerado o menor do mercado brasileiro (risco soberano).

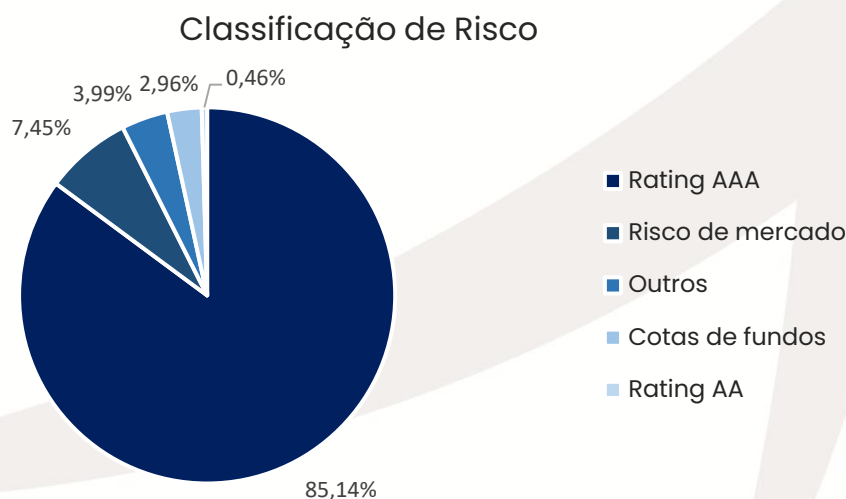
Em complemento, há alocação em ativos de emissão bancária (12,05%), ações (7,87%), fundos de investimento cujas carteiras não estão disponíveis (2,96%), debêntures (1,18%) e investimentos no exterior (0,61%), além de participações marginais de ativos classificados como “outros” (0,49%), valores a pagar/receber (0,28%) e Brazilian Depositary Receipts – BDR (0,05%), que são certificados negociados na bolsa de valores do Brasil mas representam ações emitidas por empresas sediadas em outros países.



Fonte: Quantum Axis e UNO – Dezembro/2025.

Com relação ao risco de crédito, destacamos que a carteira consolidada do IPMJP possui 85,14% dos recursos investidos em ativos classificados como AAA, considerando títulos privados e títulos de emissão do Tesouro Nacional, com classificação equivalente ao *rating* soberano do país, os quais são considerados como os de menor risco de crédito do mercado brasileiro. Ademais, 7,45% são classificados como “risco de mercado”, pois referem-se a investimentos em ações de empresas, que não apresentam risco de crédito nas aplicações. Também há ativos classificados como “outros” (3,99%), cotas de fundos (2,96%) e AA (0,46%).

O gráfico abaixo demonstra o nível de risco incorrido nas aplicações do IPMJP:



Fonte: Quantum Axis e UNO.

## **5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FISCAL E COMERCIAL DAS EMPRESAS INVESTIDAS, POR MEIO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES - FIP**

O IPMJP tem investimento em um Fundo de Investimento em Participações, o FP2 MULTIESTRATÉGIA FIP (20.886.575/0001-60). O fundo é tido como estressado e adveio do investimento realizado em cotas do FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ROMA (16.972.222/0001-06), que foi incorporado pelo FPI MULTIESTRATÉGIA e posteriormente pelo FP2.

O fundo, que está em processo de liquidação e não tem liquidez para saída dos cotistas, conta com ações das empresas BRAZCARNES e BRAZAL ALIMENTOS, ambas em processo de falência, com a gestão do fundo atuando nos autos da Falência, após a decisão proferida nos autos do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica ("IDPJ").

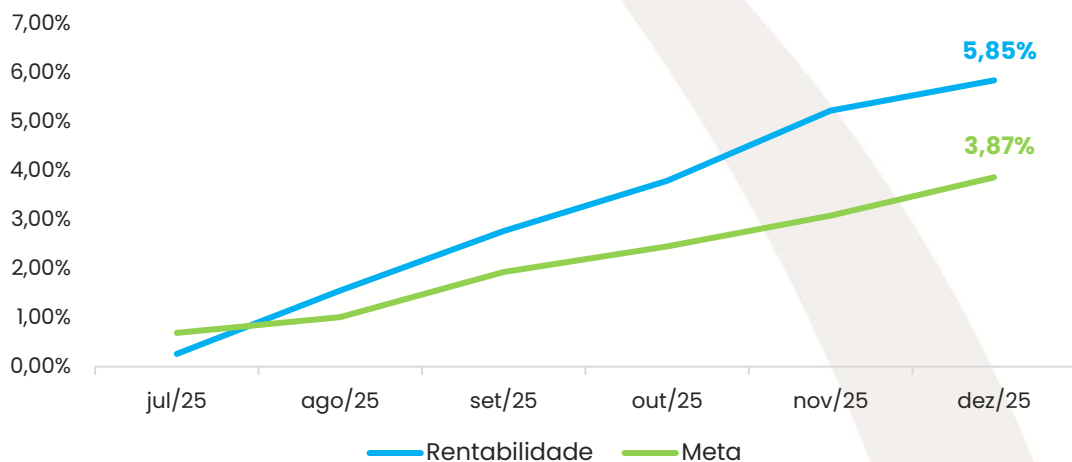
## **6. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE**

A seguir é apresentada tabela com os retornos auferidos mensalmente e o acumulado ao longo do semestre, em valores em reais e em percentual. Da mesma forma, a meta atuarial é apresentada com periodicidade mensal e acumulada. O IPMJP atingiu 151,16% da meta atuarial no segundo semestre de 2025, com rentabilidade de 5,85% contra uma meta atuarial de 3,87%.

O desempenho da carteira foi influenciado positivamente principalmente pelo percentual alocado de forma direta em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e por instituições bancárias, que são marcados na curva, por fundos atrelados ao CDI, os quais entregaram performance superior à meta no período devido ao patamar da taxa Selic, e por fundos de ações.

Conforme exposto na seção referente ao contexto econômico, fundos de renda fixa mais conservadores, em geral, superaram a meta atuarial no semestre, dado o alto patamar de juros. Fundos de ações, por sua vez, se destacaram no período, em reflexo ao desempenho favorável da bolsa de valores do Brasil.

## Rentabilidade x Meta (2º Semestre de 2025)



Fonte: UNO.

### Rentabilidade x Meta - Mensal

	Jul/25	Ago/25	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25
<b>Rentabilidade</b>	0,26%	1,29%	1,20%	1,00%	1,38%	0,59%
<b>Meta</b>	0,69%	0,32%	0,91%	0,52%	0,61%	0,76%
<b>Percentual da meta</b>	37,68%	403,13%	131,87%	192,31%	226,23%	77,63%

2º Semestre de 2025						
Mês	Saldo Anterior (R\$)	Aplicação (R\$)	Resgate (R\$)	Amortização (R\$)	Rentabilidade (R\$)	Saldo Final (R\$)
Julho	804.820.202,02	116.785.043,83	108.489.115,37	0,00	2.105.483,36	815.683.073,51
Agosto	815.683.073,51	32.672.994,56	16.188.118,63	8.366.177,07	10.021.222,41	833.861.548,37
Setembro	833.861.548,37	17.312.325,89	9.213.354,51	0,00	10.409.218,30	852.463.378,46
Outubro	852.463.378,46	31.579.159,26	23.231.471,89	0,00	8.600.050,56	869.713.299,84
Novembro	869.713.299,84	69.822.573,43	54.661.475,30	5.491.600,59	11.700.223,99	891.115.902,69
Dezembro	891.115.902,69	63.598.788,16	67.645.594,83	0,00	5.498.018,64	887.400.197,73
<b>Total</b>		<b>331.770.885,13</b>	<b>279.429.130,53</b>	<b>13.857.777,66</b>	<b>48.334.217,26</b>	

Fonte: UNO.

## 7. ANÁLISE DOS RISCOS

### 7.1. RISCO DE MERCADO

Através do sistema UNO, o IPMJP mantém acompanhamento mensal de indicadores como volatilidade, VaR, Treynor, Sharpe e Drawdown dos fundos investidos e da carteira consolidada, além do acompanhamento da rentabilidade histórica dos fundos, comparando-os com seus respectivos *benchmarks*, a fim de mensurar qualquer distorção do fundo com o mercado no qual atua.

## **7.2. RISCO DE CRÉDITO**

A mensuração do risco de crédito foi realizada no item 4.1 deste relatório.

## **7.3. RISCO DE LIQUIDEZ**

A carteira conta com uma razoável condição de liquidez, uma vez que grande parte dos recursos está alocada em títulos públicos (58,1%) e títulos privados (7,4%) comprados diretamente, os quais estão marcados na curva, ou seja, indicam a intenção dos gestores de levar os ativos até os seus respectivos vencimentos. Há títulos com vencimentos no curto, médio e longo prazos. Além disso, há um fundo em carteira sem liquidez, representando 0,07% do patrimônio do RPPS.

No que se refere aos demais ativos investidos, o fundo que disponibiliza os recursos em prazo mais longo o faz em até 32 dias úteis. De forma geral, mesmo desconsiderando a possibilidade de venda dos títulos públicos a mercado, dentro do intervalo de 32 dias úteis o IPMJP consegue converter 34,4% do seu patrimônio em caixa, contribuindo para atender à liquidez necessária para o plano de benefícios e para alinhar o fluxo de recursos entre as obrigações e os investimentos do RPPS. Além disso, considerando os fundos que disponibilizam os recursos em menor prazo, em até 3 dias úteis o IPMJP consegue converter 24,9% dos recursos em caixa.

Vale destacar que a aplicação em títulos públicos e privados, bem como sua marcação na curva, encontra-se respaldada em estudos técnicos de compatibilidade dos vencimentos dos títulos com a necessidade atuarial do IPMJP, como o estudo ALM. Dessa forma, consideramos que o nível de liquidez dos investimentos é compatível com as necessidades presentes e futuras do regime.

## **7.4. RISCO DE SOLVÊNCIA**

Visando manter o acompanhamento da situação atuarial, o IPMJP elabora anualmente o Relatório de Avaliação Atuarial, através da contratação de uma empresa especializada para tal (Inove Consultoria). Além disso, o RPPS elabora anualmente o estudo ALM, que busca analisar a situação do fluxo atuarial, indicar uma taxa de retorno que mantenha o equilíbrio durante a vigência do regime e sugerir uma composição de carteira que entregue o melhor nível de solvência em diversos cenários.

Considerando os fluxos de caixa projetados, observa-se que o IPMJP conviverá com sucessivos fluxos de caixa negativos a partir de 2031, oriundos da necessidade de pagar suas obrigações previdenciárias que são crescentes e da redução de suas receitas. Contudo, considerando o resultado dos investimentos (ganhos de mercado), o fluxo se tornará negativo a partir de 2045, e tal situação seria suficiente para manter a solvência do regime até o seu final caso a rentabilidade necessária (taxa real de 6,57%) seja atingida. Dessa forma, desde que as premissas sejam mantidas, o RPPS apresenta risco solvência relativamente baixo, especialmente para o horizonte de curto e médio prazo, apesar do déficit atuarial indicado na Avaliação Atuarial.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, destacamos que a carteira do IPMJP no segundo semestre não teve grandes mudanças em sua estratégia, mantendo grande percentual alocado em ativos “garantidores” de meta, especialmente títulos públicos federais adquiridos diretamente e marcados na curva (artigo 7<sup>a</sup>, Inciso I, Alínea “a”), assim como em fundos passivos atrelados ao CDI.

No que se refere ao desempenho da carteira, a estratégia adotada proporcionou rentabilidade superior à meta atuarial no período, assim como uma baixa volatilidade, especialmente por conta dos títulos públicos e privados marcados na curva e dos fundos DI. Outro destaque positivo no que diz respeito à rentabilidade adveio dos fundos de ações, haja vista o desempenho do mercado acionário brasileiro, conforme exposto anteriormente.

Logo, com exceção do FP2 MULTISTRATÉGIA FIP, que é um fundo estressado sem liquidez para resgate, os ativos que compõem a carteira do IPMJP, aos quais tivemos acesso, não possuem irregularidades e tiveram desempenho condizente com o contexto do semestre.

**Vitor Leitão**

Consultor de Investimentos